



Data: 02.07.2021

Título: Aulas teóricas presenciais vão ser cortadas

Pub: 



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

Aulas
teóricas
presenciais
vão ser
cortadas P16

Área: 2413cm²/62%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 7170209



Data: 02.07.2021

Titulo: Aulas teóricas presenciais vão ser cortadas

Pub: **Expresso**

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

SOCIEDADE ENSINO SUPERIOR

Mudança Instituições adaptam cursos a uma geração de nativos digitais. Haverá menos aulas teóricas, que serão dadas à distância mesmo depois da pandemia, e os alunos terão mais autonomia para “desenhar” o currículo

Revolução em curso nas universidades



A imagem de um anfiteatro cheio de alunos a ouvir um professor pertence cada vez mais ao passado. O ensino à distância veio para ficar, pelo menos nas aulas teóricas FOTO LUIS BARRO

JOANA PEREIRA BASTOS

há uma transformação profunda a ser preparada no ensino superior: menos horas de aulas, lições gravadas e ouvidas à distância a qualquer hora do dia ou da noite, encontros presenciais na universidade sobretudo para discutir ideias e desenvolver projetos e cursos com currículos flexíveis, cada vez mais desenhados em função do mercado de trabalho e dos interesses de cada aluno. A revolução foi precipitada pela pandemia, mas tornou-se inevitável para responder às exigências de uma sociedade em acelerada mudança e de uma nova geração muito distinta das anteriores. “Não podemos continuar a dar as aulas como fazemos há 50 anos, porque hoje lidamos com jovens que são nativos digitais e que têm uma mentalidade completamente diferente. Muitas instituições vão definhar se não se adaptarem às novas tendências

a nível da metodologia, da organização dos currículos e da evolução tecnológica”, frisa Amílcar Falcão, reitor da Universidade de Coimbra.

A instituição criou uma plataforma de ensino à distância que vai manter-se mesmo depois da pandemia. A ideia é criar um modelo de “ensino híbrido”, em que as aulas teóricas são disponibilizadas *online* e o tempo na universidade é reservado sobretudo para aulas práticas, discussão de ideias e realização de projetos, que dão aos estudantes um papel mais ativo no processo de aprendizagem. “O ensino à distância veio para ficar e vai transformar completamente as instituições”, diz.

Ao Expresso, o ministro do Ensino Superior defende que a mudança deve começar, desde logo, pela redução da carga letiva dos estudantes através de uma diminuição das aulas teóricas. “Hoje os jovens têm acesso fácil a informação, que está disponível em muitas fontes. Por isso precisam de passar menos tempo a ouvir [o professor] e mais tempo a participar. O ensino tem de ser mais ativo”, frisa

Manuel Heitor (ver entrevista). Nesse sentido, o Plano de Recuperação e Resiliência contempla €250 milhões para a modernização pedagógica nas universidades e politécnicos.

O Instituto Superior Técnico (IST) é uma das instituições que está mais avançada nesta transformação. Já em setembro vai entrar em vigor uma “reestruturação profunda” de todos os cursos, que irá reduzir em 50% as aulas teóricas e reforçar a componente prática. “Antes, havia uma enorme desproporção de conhecimento entre aluno e professor. O aluno ia à aula porque a maneira mais rápida de adquirir informação era ouvir o professor, mas já não é totalmente assim. Hoje há uma grande quantidade de informação a que pode aceder de forma rápida, o que faz com que parte do que era a função docente, que era transmitir informação, se tenha tornado grandemente redundante. Se um estudante tiver de sair de casa para vir a uma aula minha a uma hora específica, para eu dizer aquilo que pode ficar a saber a qualquer hora, através do telemóvel



Data: 02.07.2021

Título: Aulas teóricas presenciais vão ser cortadas

Pub: **Expresso**

Tipo: Jornal Nacional Semanal

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

ou do computador, vai pensar duas vezes antes de vir. Por isso o ensino tem de mudar radicalmente e enriquecer o tempo presencial com aulas mais práticas ou teórico-práticas. Se não o fizermos, vamos ter professores a dar aulas para salas vazias”, justifica o presidente do IST, Rogério Colaço.

Cursos à medida

A revolução que vai arrancar no Técnico irá também introduzir mais flexibilidade nos currículos, dando a cada aluno autonomia para desenhar em parte o seu próprio percurso académico. Por exemplo, um estudante de Engenharia Civil poderá fazer uma formação específica na Faculdade de Belas-Artes, se se interessar por artes, ou na Faculdade de Direito, se também gostar dessa área. “Vamos passar a permitir uma espécie de Erasmus interno na Universidade de Lisboa, para abrir os horizontes dos estudantes a outras áreas de formação. Uma excessiva rigidez nos currículos dificulta mudanças profissionais, que vão tornar-se mais frequentes num mercado de trabalho cada vez mais dinâmico”, explica Rogério Colaço.

Com o fim do ‘emprego para a vida’, a conversão e atualização de competências terá de ser feita ao longo da carreira, obrigando os trabalhadores a ciclicamente voltarem a estudar. Por isso orientar as universidades para o ensino de adultos é também uma das prioridades da reforma em curso no ensino superior (ver entrevista).

Por outro lado, muitos dos jovens que hoje chegam à universidade vão exercer profissões que ainda nem sequer existem. Mas têm de ser preparados desde já para a nova realidade. É essa a ideia por trás da transformação que está também a ser preparada na Universidade Nova de Lisboa (UNL), explica o reitor, João Sàágua.

“Os empregos do futuro são difíceis de prever, pelo que os estudantes têm

de ter a capacidade de criar o seu próprio negócio. Por conseguinte, todos eles, das ciências sociais à engenharia, passarão a ter durante o curso uma formação em empreendedorismo. E há outras matérias que vão também passar a fazer parte de todas as licenciaturas, como a capacitação digital, a nível de *big data* e codificação.”

Seguindo a tendência geral, a parte mais expositiva destas novas competências será dada à distância e só a parte prática, ajustada a cada licenciatura, será dada presencialmente. No último ano, a UNL investiu mais de €1,5 milhões na “transformação digital do ensino”, nomeadamente na contratação de profissionais que vão ajudar os docentes a “migrar parte dos cursos” para o *online*. “Não concebemos a universidade sem os estudantes cá dentro, mas queremos garantir que quando estão cá estão ativos, a desenvolver projetos ou a analisar problemas em equipa. A ideia é dar um uso muito mais interessante ao tempo presencial do que estarem sentados numa sala a ouvir passivamente o professor e a descarregar apontamentos para o caderno, que é uma coisa que podem fazer à distância e à hora que gostarem mais”, frisa o reitor. As mudanças na UNL estão agora em preparação e serão postas em prática já em 2022/2023.

Pedro Teixeira, diretor do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, acredita que a ‘bazuca’ europeia vai permitir “uma oportunidade única de investimento” na transformação do ensino superior, acelerada pela pandemia, “que forçou as instituições a experimentar coisas que nunca teriam experimentado por inércia”. Mas é preciso apostar na formação e capacitação digital dos professores, valorizar mais a sua qualidade pedagógica, e não apenas científica, e promover uma mudança das próprias

instalações, já que “um ensino mais interativo não se faz em anfiteatros de 200 lugares”, afirma.

A mudança é inevitável, avisa o também consultor do Presidente da República para o ensino superior: “Se não for feita, o país arrisca-se a perder os melhores estudantes. Quando pensamos em candidatar-se, os jovens de hoje não pensam só nas instituições portuguesas. Se acharem que as nossas universidades já não estão ao nível do melhor que há lá fora, vão sair, e isso seria muito mau para o país.”

jbastos@expresso.imprensa.pt

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO VAI FAZER UMA REESTRUTURAÇÃO PROFUNDA DE TODOS OS CURSOS, QUE IRÁ REDUZIR EM 50% AS AULAS TEÓRICAS

UNIVERSIDADES APOSTAM EM NOVAS COMPETÊNCIAS. NA UNL, TODOS OS CURSOS DARÃO FORMAÇÃO EM EMPREENDEDORISMO E PROGRAMAÇÃO

Cursos técnicos superiores já estão em 130 localidades

Mais de metade dos diplomados nesta formação de dois anos dada pelos politécnicos segue para a licenciatura

Dos mais de 13 mil jovens e adultos que completaram cursos técnicos superiores profissionais nos últimos cinco anos, perto de 60% optaram por prosseguir estudos numa licenciatura. Estas formações pós-secundárias, dadas exclusivamente pelos institutos politécnicos, surgiram em 2014, expandiram a sua oferta em número e dispersão no território, e constituem já uma das portas de acesso relevantes ao ensino superior graduado, conclui-se num relatório sobre estes cursos mais curtos, que tanto qualificam para o mercado de trabalho como permitem o prosseguimento de estudos, sem necessidade de realização dos exames que os jovens que entram pelo concurso nacional de acesso têm de fazer.

“Os cursos técnicos superiores profissionais (Tesp) são um dos elementos mais transformadores da relação entre o ensino superior e a qualificação da população. Por ser um ensino superior de proximidade,

possibilitou um crescimento e um alargamento da base social dos públicos que frequentam o ensino superior”, avalia o ministro da Ciência e do Ensino Superior, Manuel Heitor, garantindo que não são as notas eventualmente mais baixas que levam os candidatos a optar por um Tesp em vez de uma licenciatura. “Quem vai preferir ir para um curso mais curto, de dois anos, e que oferece uma

Cursos profissionalizantes contribuem para fixar os jovens no interior e desenvolver a economia local

probabilidade alta de emprego, já que todos preveem uma articulação com as empresas e um estágio (não inferior a seis meses). O que acontece é que a maioria acaba depois por querer continuar a sua formação numa licenciatura.”

A exceção é a área das tecnologias de informação e comunicação, com apenas 37% dos

diplomados a prosseguirem estudos, já que este sector acaba por ter sempre muita oferta de emprego.

O relatório mostra que a maioria acaba por ficar a estudar no mesmo politécnico e quase todos (90%) em instituições da mesma região, contribuindo para a fixação de população jovem em muitas regiões do interior e contribuindo para o desenvolvimento das economias locais. Do Fundão a Chaves, de Vila Nova de Famalicão a Leiria.

Atualmente, existem mais de 400 cursos em funcionamento, em 130 localidades, frequentados por 17 mil alunos e que entram maioritariamente com idades entre os 17 e os 19 anos. Em 2014, havia 93 Tesp, em 44 locais, com 2800 inscritos.

Outra característica realçada no relatório prende-se com o tipo de empresa interessada nos alunos que tiram estes cursos. Só em 2017, os politécnicos celebraram protocolos com 2649 entidades, tendo sido criados 8267 estágios para efeitos da formação em contexto de trabalho. Duas em cada três empresas têm menos de 50 trabalhadores e 5% mais do que 250, o que demonstra que os Tesp têm “favorecido a articulação entre as instituições de ensino superior e as pequenas e médias empresas”.

Apesar do abandono ser mais alto (16%) do que nas licenciaturas, quem permanece no curso fá-lo com sucesso: 90% concluem nos dois anos previstos e a nota média com que terminam ronda os 14/15 valores. I.L.



Manuel Heitor Ministro da Ciência e do Ensino Superior

“Os jovens devem passar menos horas a ouvir e mais tempo a participar”

ISABEL LEIRIA

e JOANA PEREIRA BASTOS

Com a população jovem a diminuir e a transformação da economia a obrigar a novas formações e requalificações, Manuel Heitor acredita que politécnicos e universidades vão ter de atrair cada vez mais adultos. Mas é preciso que as instituições reformulem aulas, organização e oferta — cada vez mais definida em conjunto com as empresas.

De que forma as universidades devem adaptar-se às exigências de um mercado de trabalho em grande mudança e de uma nova geração já de nativos digitais?

A primeira mudança é reduzir a carga letiva semanal. Em Portugal, um estudante tem 22/25 horas de aulas por semana. Nos países anglo-saxónicos são 14 a 16, com menos aulas teóricas, puramente expositivas, e muitas outras atividades ligadas à autoaprendizagem. São metodologias de aprendizagem baseadas em projeto. E tem de passar muito mais por aí. Hoje, os jovens têm acesso fácil a informação que está disponível em muitas fontes. Por isso, precisam de passar menos horas a ouvir [o professor] e mais tempo a participar. O ensino tem de ser mais ativo.

Vai dar orientações para se reduzir a carga letiva?

No quadro da autonomia universitária, isso tem de ser decidido internamente. Mas

é algo que eu defendo totalmente. Não há razão para que um mestrado em Portugal demore dois anos e os ingleses ou os holandeses façam em 9 meses. Temos de ter a mesma competitividade. Mas reduzir o número de horas letivas não é uma questão administrativa; implica mudar o conteúdo e a forma como se dá as aulas.

Os reitores afirmam que um modelo de ensino mais prático obriga a um rácio menor professor-aluno, o que exige mais dinheiro. E queixam-se que não tem existido esse reforço.

O Plano de Recuperação e Resiliência prevê esse reforço (de €250 milhões). E não podemos esquecer que todos os anos o orçamento das instituições de ensino superior aumenta 2%. Mas mais do que o dinheiro, é preciso vontade de mudar. E temos agora uma oportunidade única. A atividade docente sofreu uma mudança grande com a covid. Em fevereiro de 2020 ninguém diria que passados dois meses o ensino estaria todo digital, mas a pandemia mostrou que é possível. Houve coisas que foram para o digital que não devem ir, mas há outras que foram e devem manter-se.

Está confiante que as instituições vão saber aproveitar bem os milhões da ‘bazuca’?

Sim. Há muita capacidade em Portugal e há também uma pressão dos empregadores para intervir. E temos uma experiência de boas práticas. Os

cursos técnicos superiores profissionais (Tesp), que são uma formação pós-secundária feita em colaboração entre politécnicos e empresas, criaram uma relação de confiança enorme entre as instituições de ensino superior e os empregadores, que não existia há 10 anos e que vai ser aprofundada. É cada vez mais crítico mandar abaixo os muros das universidades. Até aqui, sempre foram os docentes a decidir o que vão dar. Mas a grande transformação é que sejam alianças entre os docentes e os empregadores a decidir o que deve ser dado para responder às necessidades. E é preciso reorientar a oferta do ensino superior para os adultos.

Como?

Temos de deixar este modelo único, centrado na formação tradicional longa, para complementar com uma formação superior mais informal e mais curta. O ciclo licenciatura, mestrado, doutoramento não vai acabar, mas a oferta tem de diversificar-se. Em Portugal, a média de idades do estudante do ensino superior é de 25 anos. No norte e centro da Europa ronda os 40, porque as pessoas continuam a estudar ao longo da vida. Hoje temos 112 mil jovens com 18 anos, mas em 2030 serão 85 mil. Ou seja, para o ensino superior crescer tem de reorientar a sua oferta para o público com maior potencial de crescimento, que é o adulto. Por tudo





Data: 02.07.2021

Título: Aulas teóricas presenciais vão ser cortadas

Pub: **Expresso**

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17



isto, temos mesmo de entrar na formação de adultos. Estamos a enfrentar uma transição ecológica muito complexa, que requer uma requalificação e atualização de competências permanentes.

Q As empresas estarão disponíveis para 'libertar' os seus trabalhadores para a formação ao longo da vida?

R Se queremos desenvolver a economia, não há outra opção. Além de que não estamos a falar de uma formação tradicional. Parte deve ser feita no local de trabalho ou em horários pós-laborais, aumentando as qualificações que os trabalhadores podem usar ao serviço da empresa.

Q O número de cursos com médias altíssimas e que deixam de fora muitos estudantes com mais de 17 valores subiu face ao ano passado. O Governo dá a possibilidade de se abrirem mais vagas nestes cursos, mas há resistência das instituições.

R Dá a possibilidade não. No despacho de vagas, eu quis que ficasse escrito que "devem abrir" e não que "podem".

Q Os reitores alegam que não têm recursos para aumentar vagas. Mas não é um desperdício deixar de fora estudantes com tanta qualidade, muitas vezes em áreas fundamentais para o país?

R Antes de mais, ninguém fica de fora porque o número total de vagas [no ensino superior] é muito maior do que o número de candidatos. Podem é ficar

fora do curso que queriam. Mas estamos a falar de 400 estudantes com mais de 17 valores que não entram nas suas primeiras opções, num total de 50 mil vagas. Não é um problema. E nos últimos anos assistimos a um aumento dos estudantes colocados em 1ª opção porque também há mais opções, mais diversificadas por todo o território. Por exemplo, só havia um curso de Aeroespacial [no IST], depois houve um segundo [no Porto] e este ano vão abrir mais dois, em Aveiro e no Minho.

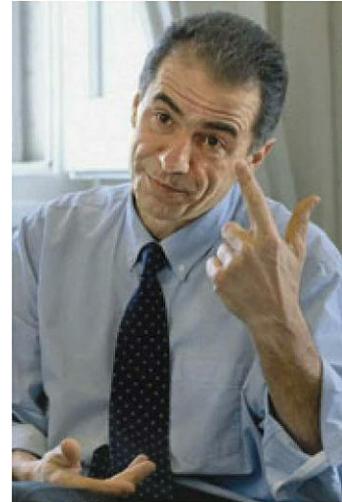
Q Mas isso não acontece em Medicina.

R As próprias escolas decidiram não abrir mais lugares por causa de uma questão crítica que tem a ver com o internato médico.

Q Como se pode resolver?

R Tem de ser através da abertura de cursos de Medicina em mais universidades. Abriu um na Católica e devem abrir mais. A Universidade de Aveiro é a que está mais bem posicionada para, num prazo de dois anos, ter um novo curso. Mas a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro também tem uma capacidade científica crescente — nesse caso, não sei se abrirá daqui a dois anos ou três —, assim como a Universidade de Évora. Os futuros cursos de Medicina devem, quanto a mim, resultar da convergência das escolas de Medicina, Engenharia e Ciência e Tecnologia.

ileiria@expresso.impresa.pt



“

DENTRO DE DOIS, TRÊS ANOS PODEREMOS TER MAIS CURSOS DE MEDICINA

OFERTA NÃO PODE RESUMIR-SE A LICENCIATURAS E MESTRADOS

”